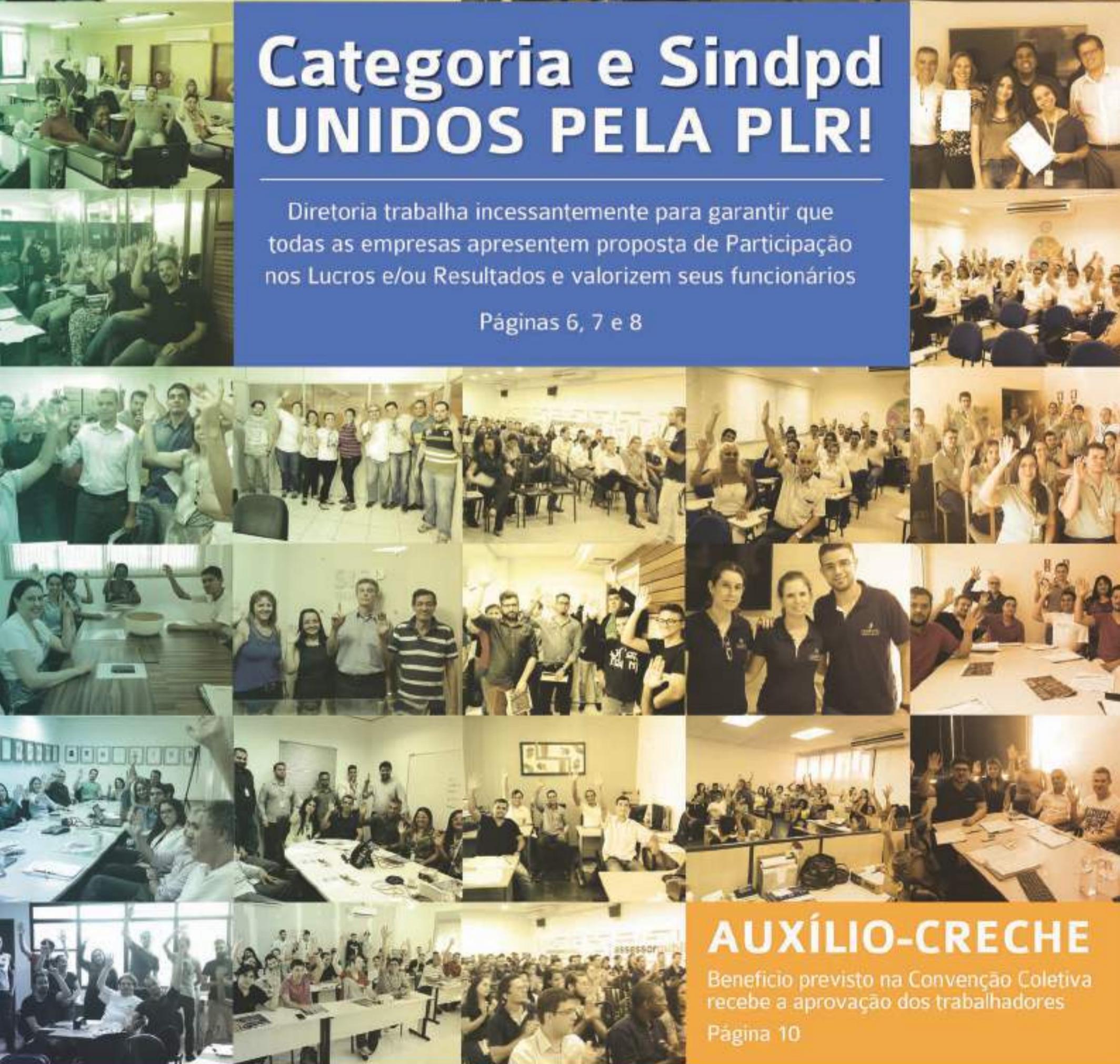




Categoria e Sindpd UNIDOS PELA PLR!

Diretoria trabalha incessantemente para garantir que todas as empresas apresentem proposta de Participação nos Lucros e/ou Resultados e valorizem seus funcionários

Páginas 6, 7 e 8



AUXÍLIO-CRECHE

Benefício previsto na Convenção Coletiva recebe a aprovação dos trabalhadores

Página 10

Ampliar a Participação nos Lucros é o combustível que alimenta nossa luta

Categoria considera a PLR uma poderosa ferramenta de valorização profissional e motivação

Consolidar e manter a PLR tem sido um trabalho árduo para nossa diretoria. Estarmos sempre vigilantes é essencial. Prova disso são as demonstrações que o patronato nos dá de querer retirar o benefício dos trabalhadores, mesmo que a CCT garanta e preserve a conquista. Mas somos duros na queda. A obrigatoriedade de apresentação de proposta de PLR é uma vitória da categoria e ninguém vai nos tirar isso.

Superada a negociação da Campanha Salarial, voltamos as nossas forças para ampliar o número de trabalhadores beneficiados pela Participação nos Lucros. Já está provado que a PLR motiva e serve como mecanismo de manutenção e retenção dos talentos de uma empresa. A categoria já percebeu isso e se manifesta, a cada assembleia, de maneira a ratificar o trabalho e a atuação da diretoria em assegurar que as empresas dividam com seus funcionários os lucros obtidos.

Nesta edição, apresentamos uma amostra do retorno que recebemos dos trabalhadores a cada PLR assinada, a cada acordo aprovado por eles. Os empresários têm percebido como o benefício é valioso para eles também. Não importa o tamanho, pequenas e grandes empresas procuram cada vez mais o Sindpd para negociar.

Queremos que os trabalhadores nos ajudem a construir as propostas e as métricas dos acordos, porque são eles, os funcionários, os reais responsáveis pelas vitórias das empresas a cada ano. Para isso, os diretores do Sindicato estão diariamente nas companhias, atendendo os profissionais na sede, nas regionais e em todos os canais da Entidade. A participação da categoria nas assembleias, as comissões dos empregados, a aprovação das propostas, tudo isso nos encoraja a querer mais. Estamos com fome de PLR.

A luta se dá em todas as frentes. Nas estatais federais, o empenho é pela construção de pautas sólidas para as campanhas salariais das companhias. Para isso, o Seminário realizado pela Feittinf discutiu a necessidade de união dos trabalhadores e alertou os dirigentes sobre as graves ameaças que o PLP 257 traz aos servidores públicos ao propor a

renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal.

Queremos dinheiro no bolso do trabalhador e lutamos também para que ele tenha melhores condições de trabalho e bem-estar. Os funcionários do Serpro, que há 32 anos utilizam o fretamento de ônibus, continuarão a ter o benefício oferecido pela empresa após uma decisão da Justiça em ação ajuizada pelo nosso Departamento Jurídico contra a retirada do direito.

Palestras com especialistas do Sindicato oferecem aos empregados orientações sobre doenças ligadas à rotina de trabalho e ajudam a categoria a ter melhor qualidade de vida. A parceria que fizemos com a Caixa Seguradora dará a todos a oportunidade de ter um plano de saúde de qualidade. Com a GBCred, aliamos a tecnologia a soluções em várias áreas para os empregados.

Em uma matéria especial, alguns trabalhadores nos contam como é a experiência deles com o auxílio-creche garantido pela CCT. Diversão e integração também não faltam. A 24ª edição do Campeonato de Futsal já começou, e os jogadores contam suas expectativas para esse ano. Novas equipes estão na área.

E nós continuamos em sintonia com os trabalhadores. Não há outro objetivo que não seja caminhar juntos. Mais PLRs e muito mais conquistas nos esperam.

Boa leitura,

Antonio Neto



Pergunte ao Sindpd

Aposentados podem ter complementação do auxílio-previdenciário?

O achatamento crescente do valor da aposentadoria força os trabalhadores a continuarem na ativa mesmo depois de aposentados. Apesar disso, permanece em discussão a reforma da Previdência, que impõe ainda mais restrições.

Nessa realidade, o aposentado que sofrer um acidente ou adquirir uma doença se depara com o rigor da limitação do seu benefício, já que não pode receber auxílio-acidente/doença por já estar incluso no benefício da aposentadoria, porque ambos são pagos pelo INSS, ou seja, vêm da mesma fonte.

A legislação define que não pode haver acúmulo de benefícios. No entanto, no caso dos trabalhadores de TI representados pelo Sindpd, há uma vantagem que foi conquistada: a vigésima primeira cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho orienta como as empresas devem se comportar diante de situações como esta.

Assim, havendo afastamento e sendo o valor da aposentadoria inferior ao salário mensal do empregado, a empresa tem de pagar ao trabalhador 70% da diferença entre o valor da aposentadoria e o valor do salário.

A proteção convencional, entretanto, não alcança todas as pessoas nem todas as faixas salariais. Se o aposentado é remunerado com salário igual ou inferior ao valor da aposentadoria que recebe mensalmente, não existe diferença e, portanto, não há também o direito.

Suas dúvidas e comentários podem estar aqui.
Entre no site do Sindpd e participe: www.sindpd.org.br.

sindpd

Av. Angélica, 35 - Santa Cecília - São Paulo, SP.
CEP: 01227-000 | Fone: (11) 3823-5600



Sindpd:

- **Diretor-presidente:** Antonio Neto
 - **Secretário de Comunicação e Imprensa:** Joel Chnaiderman
 - **Sindpd O Jornal:** Publicação mensal - **Tiragem:** 90.000 exemplares
 - **Jornalista Responsável:** Alessandro Rodrigues - MTb 37.604/SP
 - **Repórteres:** Jessamy Kisber - MTb 62.778/SP, Cintia Santiago - MTb 69.548/SP, Bruna Pedrosa - MTb 63.063/SP, Carolina Falconi, David C. Fugazza - MTb 52.251/SP, Leandro Martins - MTb 39.488/SP, Luciane Mediato - MTb 64.934/SP e Vanessa Carvalho Elias - MTb 75.925/SP
 - **Projeto Gráfico:** Paulo Barros Jr. • **Diagramação:** Lia Bello
 - **Revisão:** Sara Santos • **Fotos:** Equipe In Time e Michele Mifano
 - **Edição e Produção Gráfica:** In Time Comunicação
- Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.br

Endereços:

• **Araçatuba** - R. Campos Sales, 97 - Ed. Campos Sales, 9º andar, sala 94 - Centro - CEP 16010-230 - Tel: (18) 3622-1326 • **Araraquara** - Rua Padre Duarte, 151 - sala 57 - Ed. América - CEP 14800-360 - Tel/Fax: (16) 3331-1454/3335-6955 • **Bauru** - Av. Getúlio Vargas, 21/51 - salas 21/22/23 - Edifício Business Office - Jd. Europa - CEP 17017-383 - Tel/Fax: (14) 3234-4965/3245-7050 • **Campinas** - Av. Francisco Glicério, 1.717 - conj. 71/72 - Centro - CEP 13012-000 - Tel: (19) 3237-1030/Fax: (19) 3233-1112 • **Jundiaí** - Av. Jundiaí, 555 - Anhangabaú - CEP 13208-051 - Tel: (11) 4497-0423/Fax: (11) 4497-0815 • **Presidente Prudente** - Av. Cel. José Soares Marcondes, 871 - sala 112 - Bairro Bosque - CEP 19010-080 - Tel: (18) 3908-3555/3908-8544/Fax: (18) 3908-8549 • **Ribeirão Preto** - R. Cândido Portinari, 75 - CEP 14020-140 - Tel/Fax: (16) 3610-6156/3610-1285 • **Santos** - Av. Ana Costa, 79 - conj. 82 - Vila Mathias - CEP 11060-001 - Tel/Fax: (13) 3235-3707/3223-7105/3223-7202 • **São José dos Campos** - R. Major Vaz, 274 - Vila Adyana - CEP 12243-670 - Tel: (12) 3942-9705/Fax: (12) 3921-6428 • **São José do Rio Preto** - R. Silva Jardim, 2.378 - Boa Vista - CEP 15025-065 - Tel: (17) 3234-2597/Fax: (17) 3222-4515 • **Sorocaba** - R. Sete de Setembro, 287 - salas 91/92 - Centro - CEP 18035-001 - Tel: (15) 3231-4592/Fax (15) 3212-4241

Sindpd conquista liminar e assegura direito aos trabalhadores do Serpro



João Antonio Nunes (vice-presidente do Sindpd) e Paulo Roberto de Oliveira (secretário de finanças) se reúnem com trabalhadores e representantes do Serpro em audiência pública

Ação Civil Pública ajuizada pelo Sindicato impede a suspensão do serviço de fretamento de ônibus

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região concedeu uma liminar garantindo o serviço de fretamento de ônibus aos trabalhadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A decisão se deu graças à Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada ajuizada pelo Sindicato. A determinação obriga o Serpro a oferecer ônibus e vans gratuitamente, benefício que já é disponibilizado há mais de 32 anos aos funcionários da companhia. Como fruto da ação permanente do Sindicato, a liminar foi mantida durante a audiência de conciliação, realizada na 2ª Vara de Justiça do Trabalho da Zona Sul. Na ocasião, o Sindpd reafirmou os argumentos que fundamentaram a Ação Civil e assegurou a gratuidade do serviço.

A suspensão foi anunciada pela empresa como parte da contenção de gastos baseada no corte orçamentário, e entraria em vigor no dia 1º de maio. Cerca de 17 linhas atendem os funcionários que estão espalhados por toda a capital e cidades do ABCD paulista e interior. A decisão prejudicaria 320 pessoas – 50% do quadro de empregados – incluindo idosos e portadores de deficiência. “O Serpro anunciou, há 32 anos, que teria

transporte. E de uma hora para a outra tirou, sem o mínimo de conversa com os trabalhadores, esse direito”, contou o trabalhador Antonio Carlos de Souza, também conhecido como Barba.

Em São Paulo, o Serpro optou unilateralmente pela precarização, sem discutir ou justificar a determinação. “Não houve responsabilidade de preparar a situação para ter o transporte para todos. Ela [a empresa] não pode retirar do trabalhador esse direito que eles têm pelo tempo em que eles o utilizam”, defendeu o diretor do Departamento Jurídico do Sindpd, José Eduardo Furlanetto.

Como resultado da Ação Civil Pública ajuizada pelo Sindpd para resguardar o direito dos trabalhadores, a juíza do Trabalho Titular Sandra dos Santos Brasil determinou, através da liminar, que os contratos de fretamento fossem mantidos. “Diante do exposto, defiro o pedido de antecipação da tutela, determinando à empresa ré que mantenha o fornecimento de transporte fretado a partir de 01/05/2016, nos mesmos moldes em que o benefício foi providenciado até o presente momento, ou seja, mediante atendimento das linhas constantes da lista de ID ebceb12 (fls.81-85)”, ratifica a juíza no documento.

A regional do Rio de Janeiro, onde o benefício também era oferecido, apresentou como alternativa o cadastramento de vale-transporte. Mas, para Eduardo Furlanetto, a adoção da medida afeta diretamente o trabalhador. “O valor da condução fazia parte do salário do funcionário. Agora ele vai ter que destinar 6% ao transporte, o que representa uma diminuição”, aponta. Com a liminar emitida pelo TRT, os funcionários de São Paulo terão o direito ao transporte gratuito garantido. A vitória, conquistada pelo Sindpd, evidencia a força e o trabalho árduo do Sindicato em favor dos direitos dos trabalhadores de TI do estado de São Paulo.

ATUAÇÃO

No início de abril, o Sindicato se reuniu com trabalhadores e representantes da empresa em audiência pública na Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região. A reivindicação foi feita com base no direito adquirido, previsto na Constituição Federal. “Trata-se de uma alteração unilateral de contrato de trabalho com prejuízo para o trabalhador, então é ilegal. A lei garante que só é permitido mudar as regras de uma empresa usando como base a liberalida-

de para os novos empregados”, explica José Eduardo Furlanetto.

Durante a audiência, o Serpro rejeitou a proposta de redução de linhas e manteve o corte de 100% do benefício. “Nesses 32 anos, em vários momentos houve redução nos processos de zelandoria e outros, mas nunca se mexeu no fretamento porque é uma questão de impacto. Só que chegou num momento, por determinação do governo, que a empresa tem que tirar de algum lugar”, alegou o representante do Serpro Fernando de Carlo Júnior.



Seminário debate campanha salarial das estatais e as consequências do PLP 257/2016



Participantes do 1º Seminário das Estatais Federais comemoram sucesso do evento

Projeto ameaça os direitos trabalhistas dos servidores. Sindpd promoveu ações nas empresas para alertar a categoria sobre os riscos da medida

Mais de 40 dirigentes, representando cinco estados brasileiros (São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), se reuniram para debater a pauta das campanhas salariais das empresas Cobra, Dataprev, Serpro e Datamec no 1º Seminário de Pauta das Estatais Federais, realizado pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação (Feitinf) em março. Durante os debates das pautas, dirigentes, representantes das companhias e trabalhadores analisaram o cenário de negociação e a necessidade de trabalho conjunto para o fortalecimento da categoria e do setor.

Vera Guasso, diretora do Sindppd/RS (Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul) e da FNI (Frente Nacional dos Trabalhadores de Informática), que participou como convidada do evento, disse que é de suma importância que todas as frentes sindicais estejam unidas. "A nossa compreensão é de que não existe negociação boa sem representação. Temos que construir isso juntos", disse.

Saber o que os outros integrantes pensam é necessário para colocar a reivindicação que cada estado necessita, apontou a representante do Sindpd/PR, Valquíria Lizete da Silva, diretora de informática do Sindicato. "Esperamos que continuemos discutindo o futuro dos trabalhadores e que esse trabalho siga crescendo", falou.

José Carlos de Oliveira, trabalhador da Serpro Tecnologia e representante da OLT, afirmou que o evento organiza a categoria. "Esse é um trabalho de proposição. Se nós atingirmos os objetivos propostos nesse processo, os avanços serão concretos em termos de qualidade de vida, de trabalho, preparação do funcionário em prol das atividades", pontuou Oliveira.

"O importante é eles [os trabalhadores] entenderem que podem, que eles têm força." Sérgio Pohl

Para Sérgio Pohl, presidente do SindPD Joinville e Região, o evento é necessário por ter sido o primeiro contato referente às negociações com as estatais. "É importante porque estamos nos aproximando dos empregados dessas estatais que estão na região de Santa Catarina. O importante é eles [os trabalhadores] entenderem que podem, que eles têm força", afirmou Pohl.

De acordo com o trabalhador da Cobra Tecnologia Isaac Alves, esse é um evento de aproximação entre os dirigentes para tratar de assuntos do dia a dia das

empresas. "Nos aproximamos mais de vários sindicatos do Brasil, e foi bom porque começamos a debater temas que são realmente importantes para nós, trabalhadores, e que muitas vezes são esquecidos", comentou.

O presidente do Sindpd/MT, João Figueiredo, assinou que o 1º Seminário empodera os trabalhadores na pauta de reivindicação. "Isso traz um valor gigantesco a toda a nossa categoria porque estamos aqui para resolver os problemas dela", destacou o representante do Mato Grosso.

AMEAÇA AOS SERVIDORES

Outro ponto central dos debates foi o combate ao ajuste fiscal e à política recessiva imposta pelo governo federal às empresas públicas por meio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 - que propõe a renegociação das dívidas dos governos estaduais e do Distrito Federal com a União em troca de enormes prejuízos aos servidores públicos.

Diante das imposições propostas pelo PLP, o Sindpd iniciou campanha junto à Dataprev, Prodesp, Prodam, ao Serpro e à Cobra contra o avanço do Projeto, que impõe regras que acabam por sufocar economicamente o Estado e impede o desenvolvimento das empresas.

A ação na sede da Prodam contou com a presença do presidente Antonio Neto, que alertou os trabalhadores.

“O governo mandou para o Congresso o PLP, que coloca em prejuízo o emprego dos servidores, uma vez que o Projeto incentiva a privatização, o congelamento dos salários, a redução da folha de pagamento, a suspensão de concursos, a limitação da progressão funcional e a redução de indenizações, além da elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14%”, criticou.

O vice-presidente do Sindpd, João Antonio Nunes, em ação conjunta com a Diretoria de Participação (Dipar) e o Conselho de Representação dos Empregados da Prodam (CREP), realizou panfletagem com os funcionários da companhia. “Precisamos unir forças para derrubar o PLP e conseguir fazer com que a matéria que aborda o direito trabalhista seja votada separadamente do que se refere à renegociação da dívida”, argumentou.

Em ato na porta da Dataprev, a diretoria do Sindpd, apoiada pela Organização no Local de Trabalho (OLT), fez novos alertas sobre o Projeto. “Não somos contra a renegociação da dívida, mas a categoria deve se mobilizar para lutar por seus direitos. Precisamos nos unir para a desvinculação da matéria. Eles [Congresso] não podem votar os direitos trabalhistas vinculados ao arrocho fiscal”, afirmou João Antonio.

Para Elisa Lorenzine, assistente técnica da Dataprev e representante da OLT, a mobilização dos empregados deve ser imediata. “Se o povo não se unir, acho que vai ser uma perda muito grande para os trabalhadores. A OLT vai tentar conscientizá-los dos prejuízos que estão prestes a sofrer”, comentou.

Segundo Marcos de Moraes, também membro da OLT, a ação de panfletagem será com cada trabalhador. “O próximo passo da OLT é panfletar de mesa em mesa, face a face, para informar e orientá-los a encaminhar e-mails para os deputados pedindo o ‘Não ao PLP 257’”, concluiu o funcionário.

Na sede do Sindicato, representantes da Dataprev, Prodesp, Serpro e Cobra se reuniram para debater o tema e organizar ações internas para conscientizar o conjunto dos funcionários.



João Antonio Nunes e diretores do Sindpd realizam ação de panfletagem na Prodam



Ato contra PLP 257 na porta da Dataprev contou com o apoio da OLT



NÃO AO ARROCHO FISCAL!

VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS QUE PREJUDICAM O FUNCIONÁRIO PÚBLICO:

Congelamento dos salários dos servidores públicos por dois anos (aplicado também nas empresas públicas federais)

Redução da folha de pagamento dos comissionados

Aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores de 11% para 14%

Privatizações

Suspensão de concursos

Imposição de previdência complementar

Limitação de progressões funcionais

Redução de indenizações

Demissão de servidores

Para a categoria, PLR é benefício indispensável na vida do trabalhador de TI

Diretoria empenha-se para aumentar o número de funcionários beneficiados e de empresas que assinam os acordos



Trabalhadores da MV&P aprovam PLR; mais de 151 funcionários serão beneficiados

A obrigatoriedade de apresentação de proposta de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) foi uma conquista na Convenção Coletiva de 2015. E é uma prerrogativa que a diretoria do Sindpd tem lutado para ampliar e consolidar, especialmente após o sindicato patronal ter ameaçado esta garantia durante a negociação salarial deste ano.

O trabalho da Diretoria está voltado para aumentar o ganho e o número de trabalhadores favorecidos, além de buscar novas empresas para aderirem à PLR e garantir a renovação com aquelas que já oferecem a Participação, que se tornou fator motivacional e, ainda, uma forma de valorização e remuneração variável para os trabalhadores paulistas.

“A Participação não é apenas uma forma de colocar um dinheiro a mais para o empregado. É uma forma de o empregado se ‘apropriar’ de uma parte do lucro da empresa, mas também de disponibilizar uma ferramenta para que empregados e empregadores tenham ações conjuntas, buscando resultados. E aí, com o resultado,

“Todas as metas e indicadores nos levam a obter conquistas e resultados concretos, onde todos saíram ganhando – através do prêmio, autodesenvolvimento, mais espaço no mercado, reconhecimento e principalmente evolução profissional”, afirma Bruna Fernanda, da MV&P Tecnologia em Informática

ganham os dois”, explica o vice-presidente João Antonio Nunes.

Para alcançar tais resultados, João Antonio ressalta que os próprios trabalhadores estão tomando o primeiro passo na exigência da PLR junto aos empregadores, ou seja, o apoio da categoria consolida a atuação do Sindpd. “A melhora chega a ser surpreendente. Às vezes a gente implanta uma PLR, que, aparentemente, no primeiro ano, parece ser um pequeno valor; mas ano a ano você vai melhorando isso, e aí, de repente, começa a perceber que real-

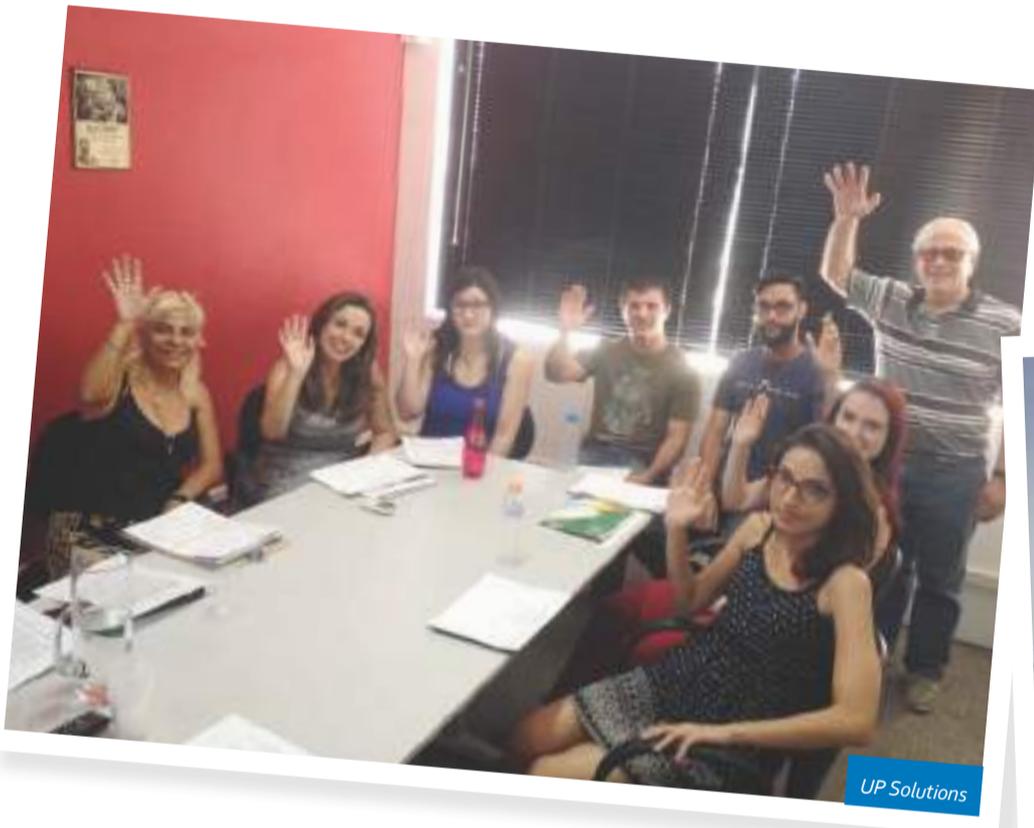
mente já passa a ser um valor significativo na remuneração dos trabalhadores”, argumenta o vice-presidente.

A PLR é um benefício pelo qual o Sindicato levanta suas bandeiras, já que atualmente ela se tornou uma questão indispensável para toda a categoria. “Hoje as empresas têm, no mínimo, a obrigação de negociar e de conversar com o Sindpd. Com isso, tem aumentado efetivamente o número de acordos de PLR que a gente tem colocado dentro das empresas”, afirma o secretário-geral José Gustavo Oliveira.

De acordo com o trabalhador Nicollas Scaglioni, da empresa Griaille, a PLR exercita o trabalho em equipe e materializa o resultado durante o ano. “Diferente de uma premiação ou bônus por comissão de vendas, a PLR inspira todo o time de trabalhadores”, diz. O funcionário ressalta ainda que a PLR mantém no trabalhador um grande estímulo, visto que os lucros são resultados do seu trabalho. “Ela cultiva o sentimento de dono em todos os níveis, estreitando a relação empresa-trabalhador”, completa.



Conheça outros trabalhadores beneficiados pela conquista da Participação nos Lucros e/ou Resultados nos últimos dois meses:



UP Solutions

“A PLR estimula a produtividade e assiduidade. É importante para a empresa e para o funcionário também. De um lado, está a meta e, do outro, uma recompensa financeira”, **Rosário Antonio, da UP Solutions**



ADP Brasil

“A PLR permite que os funcionários se sintam recompensados e reconhecidos pelo esforço. Eles percebem que o trabalho está surtindo efeito e está trazendo bons resultados”, **Mariane Guerra, da ADP Brasil**



MRC Consultoria

“A adoção da PLR pelas empresas é de grande importância, pois serve de fator motivacional para o aumento da produtividade e integração da equipe”, **Marco Antonio Ponciano, da MRC Consultoria**



ISH Tecnologia

“O Sindicato ajuda muito, nos dá diretrizes sobre o funcionamento do balanço financeiro da empresa e do acordo de PLR. Eles nos orientam e mostram que o direito do trabalhador está sendo cumprido”, **Vitória Regina Cardoso de Castro, da ISH Tecnologia**



Workfinity

"A PLR nos ajuda a conquistar os nossos sonhos, e sem o Sindpd essa conquista não seria possível. Parabéns ao empenho do Sindpd por todos os colaboradores da categoria", **Daiane Lucas Barbosa, da Workfinity**



Techs Internet Corporativa

"A PLR é importante pois representa o retorno das atividades que contribuem para o bom resultado da empresa. Sempre que precisei do Sindicato fui bem atendida, [o Sindpd] tem sido bastante ativo em suas funções", **Patricia Cristiane Soares, da Techs Internet Corporativa**



Smarttech

"A empresa dá meios de você receber a PLR, uma delas é através de metas. Mas, antes disso, o gestor te dá um feedback em uma avaliação individual, então dá para saber como você está indo", **Mariana Defendi, da Smarttech**

Na GFT, o trabalho está voltado para a manutenção do benefício aos funcionários

Sindpd se esforça para evitar retrocesso na proposta de PLR oferecida pela empresa este ano

Garantir reajustes dignos e justos nos acordos de PLR é parte da luta diária do Sindpd em prol dos trabalhadores de TI do estado de São Paulo. Em outubro do ano passado, o diretor Antonio Randolpho iniciou as negociações com a empresa GFT Brasil Consultoria Informática Ltda, a fim de firmar o acordo de PLR referente ao exercício de 2015. Após quatro reuniões – outubro e dezembro de 2015, março e abril de 2016 –, a GFT apresentou uma oferta econômica considerada insuficiente pelo Sindicato. A proposta da empresa reduzia substancialmente a Participação nos Lucros e/ou Resultados dos empregados em aproximadamente 53% do valor pago na PLR de 2014.

O Sindpd, que havia sugerido reajuste de 6,9% sobre o valor recebido individualmente no último acordo, mobilizou os

trabalhadores a lutarem para que a GFT dividisse com eles aquilo que lhes é de direito. Antonio Randolpho afirma que a demora na resolução causa insatisfação por parte dos empregados. O diretor realça, ainda, a importância de divulgar o processo negocial e manter os funcionários informados.

Com a mobilização e o empenho do Sindicato, duas novas reuniões foram realizadas no mês de maio e a proposta apresentada pela GFT foi melhorada substancialmente. Os valores obtiveram um avanço significativo em relação à primeira oferta. A redução, que antes era de aproximadamente 53% em relação ao acordo anterior, passou para 25%, representando uma melhoria superior a 27% se comparada à primeira proposta de 2015.

Os trabalhadores da GFT Brasil aguardam a realização de uma assembleia para expor sua posição a respeito da nova oferta econômica. O esforço é contínuo, o Sindicato reivindica melhorias e resiste para que os direitos dos empregados sejam cumpridos. O desdobramento desta negociação pode ser acompanhado nos canais de comunicação do Sindpd.



Funcionários da Prodam aprovam Acordo Coletivo 2016



Cerca de 300 trabalhadores participaram das assembleias para validar os reajustes dos benefícios e reposição salarial do ACT

Profissionais comemoraram o reajuste e concordaram com as cláusulas previstas no documento

Os trabalhadores aprovaram, nesta segunda-feira (16), o Acordo Coletivo Complementar de Trabalho 2016 da Prodam – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em assembleias realizadas na sede da estatal e na unidade Pedro de Toledo, os funcionários discutiram e votaram pelos reajustes dos benefícios e pela reposição salarial, que chegará a 10,67%.

Negociada para equiparar-se à inflação acumulada em 2015, a correção na folha de pagamento dos profissionais será feita em duas parcelas. De janeiro a outubro, os trabalhadores receberão os primeiros 8,5% de reajuste, que serão somados aos 2,17% estabelecidos para os últimos meses do ano – “uma evolução” segundo o funcionário Celso Carlos de Toledo.

Membro da comissão de trabalhadores da empresa, o analista administrativo afirma que a negociação do Acordo Coletivo 2016 “foi uma das melhores” para o atual momento econômico brasileiro.

“Acredito que nós evoluímos bastante no debate. Fizemos uma negociação muito importante perante o panorama da conjuntura do País”, avalia o funcionário.

Francisco Luiz Leal compartilha da opinião de Toledo. Há três anos no quadro de funcionários da empresa, para o trabalhador, o compromisso firmado alcançou um resultado favorável aos colaboradores da estatal. “Eu achei o acordo muito interessante em relação ao cenário que o Brasil está vivendo. Na minha visão, é uma situação muito complicada e [ainda assim], o acordo foi bom a todos os trabalhadores da Prodam”, analisa.

As cláusulas sobre vale-refeição e auxílio-alimentação foram outras pautas destacadas durante as reuniões. Com a aprovação das propostas, os funcionários passarão a receber R\$ 30, nos meses de junho e julho, e R\$ 32 a partir de agosto. No caso do primeiro benefício, o aumento representa um salto de

mais de 23% em comparação ao do ano passado. “Acredito que todas as cláusulas são importantes para o trabalhador, mas as maiores são os benefícios de vale-alimentação e refeição. [Eles] agregam à remuneração”, ressalta o trabalhador Milton Aguirre Junior.

Funcionário da Prodam há quase 29 anos, Celso Favarine Silva também salientou ambos os auxílios e atribui as deliberações bem-sucedidas à atuação do Sindpd na mesa de negociação. “A participação do Sindpd é excelente porque ter o Sindicato ao nosso lado é uma forma de nos sentirmos mais seguros”, conta Silva, ratificado pelo colega Celso de Toledo. Para o membro da comissão, “é preciso ter um Sindicato para intervir. E o nosso não deixa nada a desejar”, completa.

Após seis rodadas de negociação junto à diretoria da Prodam, ainda foram reajustados os auxílios creche, estudo/educação, funeral e aos pais com filhos

deficientes. Todos em 8,5%, de janeiro a junho, e 10,67% a partir de julho de 2016.

De acordo com o vice-presidente do Sindpd, João Antonio Nunes, as 46 cláusulas do acordo da Prodam “aprimoram ainda mais a Convenção Coletiva da categoria, considerada uma das melhores do Brasil. Nós fazemos a negociação do acordo complementar na Prodam há mais de vinte anos. E sem dúvida alguma, pessoas motivadas produzem mais e com maior qualidade. Então, a renovação é o reconhecimento da empresa às cláusulas do Acordo Coletivo, que trazem essa vantagem e tranquilidade aos trabalhadores da Prodam”, conclui Nunes.

Os diretores Edison Alexandre Galli e Pedro Luiz Saldanha também acompanharam a votação do documento, que inclusive aprovou os reajustes no adicional noturno, na complementação do auxílio-doença e no seguro de vida dos funcionários.



Para os trabalhadores, atuação do Sindpd na mesa de negociação foi bem-sucedida

Auxílio-creche ajuda no orçamento familiar e na qualidade do ensino

Benefício previsto na Convenção Coletiva é aprovado pelos trabalhadores e contribui para a formação educacional das crianças

O direito ao auxílio-creche é garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho. Todo funcionário associado ou não – que tenha filhos entre zero e 60 meses pode solicitar o benefício. O direito é válido para homens e mulheres, e cônjuges podem adquirir o auxílio de maneira cumulativa, desde que trabalhem em empresas distintas. O funcionário precisa comunicar o empregador para receber o reembolso do percentual correspondente. O cálculo é feito com base no salário normativo e na idade dos filhos – para crianças com até 24 meses, o reembolso será de 40% do salário normativo; para aquelas com idade entre 24 meses e 1 dia e 60 meses, mantém-se o pagamento de 30%. O auxílio é válido para o custeio de uma instituição escolar, de uma profissional inscrita como autônoma ou babá registrada e não há limitação sobre o número de filhos atendidos.



Lynda Wayne do Nascimento Magalhães utilizou o benefício para a filha, Lindsay Wayne Magalhães, hoje com 1 ano



Camila de Oliveira Picorelli Mendes, funcionária da Sonda IT, contratou uma babá para cuidar de seu filho Miguel Picorelli Mendes

A associada Camila de Oliveira Picorelli Mendes, funcionária da empresa Sonda IT, recebe o auxílio-creche desde maio de 2015. Com o incentivo, contratou uma babá para cuidar de seu filho, Miguel Picorelli Mendes. Para ela, além de aliviar o orçamento financeiro, o serviço proporciona a tranquilidade de saber que Miguel está em boas mãos. “É importante, pois ajuda muito nas despesas e cuidados com o meu filho. Mas, principalmente, me ajuda a pagar uma pessoa de confiança para cuidar dele com conforto e segurança”, afirma.

Gislene Moreira da Silva não tem filhos, mas é associada do Sindpd e acompanha a Convenção Coletiva da categoria. Por esse motivo, tinha conhecimento sobre o auxílio quando sugeriu ao irmão, Robson Moreira da Silva, que requeresse o benefício para a filha. Robson reconhece que o reembolso serve como estímulo ao funcionário – “É um atrativo e uma motivação a mais para o trabalhador”, salienta.

Janaina Aparecida da Silva Bonassi, sócia do Sindpd e funcionária da Cast Informática em Araraquara, ratifica a importância do auxílio na contratação de um ensino de qualidade: “Se não fosse por ele, minha filha não estaria em uma escola particular recebendo uma educação adequada. O benefício proporciona uma educação focada na

socialização, alfabetização e respeito”, enfatiza. Ela faz um balanço positivo da atuação do Sindpd na conquista e manutenção do direito: “Eu vejo que a luta foi para termos este benefício, e hoje é para mantê-lo e prover as devidas adequações no valor do salário-base”, aprova.

Lynda Wayne do Nascimento Magalhães utilizou o benefício após a licença-maternidade, mas logo foi desligada da função e não teve a oportunidade de usufruir da assistência por mais tempo. Lynda desaprova a resistência da empresa em ceder o auxílio e destaca a forte atuação do Sindpd na conquista desse direito. “Quando eu pedi o auxílio-creche, eles relutaram. Fui atrás para saber se no período de férias eu teria direito. O Sindicato lutou, e eles [a empresa] pagaram a diferença”, comemora.

Desde fevereiro, Aline Souza de Araújo Santos utiliza o recurso. De acordo com Aline, o benefício não apenas contribui com as despesas, mas afeta diretamente a qualidade do ensino proporcionado a seu filho, Rafael Araújo dos Santos. “Se não fosse esse auxílio, eu teria que colocá-lo em uma escola de menor valor, e a qualidade do atendimento que ele teria seria diferenciado”, reitera.

ENTENDA O BENEFÍCIO

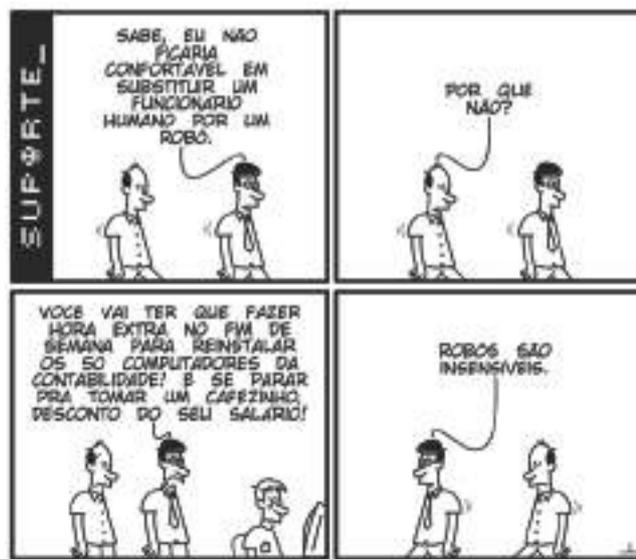
QUEM TEM DIREITO

- Homens e mulheres que tenham filhos de 0 a 60 meses (5 anos).
- Cônjuges – Ambos podem adquirir o benefício, desde que trabalhem em empresas diferentes.

VALORES

- Crianças de até 24 meses – reembolso de 40% do salário normativo*
- Crianças de 24 meses e 1 dia até 60 meses – reembolso de 30% do salário normativo*

*Confira os valores do salário normativo no site do Sindpd: <http://www.sindpd.org.br/>



vidadesuporte.com.br

Sindpd oferece palestras gratuitas para associados



Especialistas orientam sobre equilíbrio profissional e pessoal e auxiliam na prevenção de doenças ocupacionais

Preservar a saúde física e mental, para o Sindpd, é primordial para garantir ao trabalhador, que passa muitas horas do dia no ambiente de trabalho, bem-estar no âmbito familiar, social ou profissional. Para isso, o Sindicato oferece gratuitamente, desde 2013, treze palestras exclusivas com o objetivo de levar informações de saúde, proporcionar melhor qualidade de vida à categoria de TI e manter a interação entre o Sindicato e os trabalhadores.

O Sindicato já atendeu mais de mil trabalhadores em cerca de trinta empresas em São Paulo com as palestras da Dra. Glene Rodrigues - médica especialista em ginecologia, com pós-graduação em psicossomática, sexologia, educação e terapia sexual e psicoterapia comportamental individual e familiar - e de Márcia Miura Suzuki, massoterapeuta e acupunturista especializada em tratamento de LER/DORT, com experiência no combate ao estresse e tabagismo.

COMO AUMENTAR A PRODUTIVIDADE NO TRABALHO, NA VIDA PESSOAL E NO AMBIENTE FAMILIAR

Para a médica Glene Rodrigues, o estresse é a doença do mundo moderno. É a isso que ela atribui o sucesso da palestra "Estresse e Qualidade de Vida", campeã de solicitações. "Quando a pessoa se depara com uma situação estressante, ela fica com baixa imunidade e desenvolve doenças orgânicas (sinusite, gripe, otite, amigdalite, cistite, gastrite, etc.) e depois psicológicas (depressão, transtorno de ansiedade, transtorno de pânico, entre outras)", destaca.

De acordo com pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a depressão afasta cerca de 48,8% dos trabalhadores por mais de 15 dias do trabalho. Corroborando a informação, o Senado Federal divulgou informações de que a depressão laboral é hoje a segunda causa de afastamento do trabalho em território brasileiro, perdendo apenas para as Lesões por Esforço Repetitivo (LER), também denominadas Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

Segundo a especialista, é por meio das perguntas feitas durante as palestras que ela percebe que as pessoas estão estressadas por conta da dificuldade em fazer o entrosamento entre o pessoal e o profissional. "Por isso explicamos como isso acontece e orientamos como se

organizar para fazer esse equilíbrio entre mente, corpo, trabalho e família", afirma Glene. "Dessa forma, é possível melhorar não apenas a produtividade pessoal, mas também o rendimento e o crescimento no trabalho", completa.

As empresas que conhecem o trabalho do Sindicato acabam pedindo novas palestras todos os anos. "Elas fazem essa solicitação de acordo com a necessidade, eventos comemorativos ou ocasião de SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho)", disse a médica. Por isso as palestras não têm fronteiras. "Já dei palestras para mais de cem pessoas presencialmente e simultaneamente para várias cidades de São Paulo pela plataforma online, em tempo real", relata a palestrante.

PALESTRAS

SÃO OFERECIDAS PALESTRAS COM OS SEGUINTE TEMAS:

- Qualidade de vida no trabalho
- Sexualidade e qualidade de vida
- Estresse e qualidade de vida
- HPV: Prevenção de câncer de colo uterino e vacina
- Prevenção de AIDS e DSTs
- Prevenção e promoção da saúde na empresa
- Tabagismo e alcoolismo
- Anticoncepção: qual o método ideal para você
- Relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho
- O perfil do profissional do futuro
- Produtividade e a importância da família no trabalho
- Assédio moral
- Mulher no século XXI

As palestras podem ser solicitadas de forma gratuita pelo e-mail palestrasau@ синдpd.org.br. Basta informar o tema escolhido, empresa e data de agendamento.

Franquia de dados na internet fixa limita o acesso e prejudica o trabalhador de TI

Além de ferir o Marco Civil da Internet, novo modelo afeta setor de tecnologia da informação e acentua desigualdades sociais no País

Recentemente, a Vivo anunciou a alteração no modo de cobrança da internet fixa – a partir de 2017, os planos serão definidos por pacotes de dados e o sistema de franquias será igual ao aplicado na rede móvel. Com a mudança, haverá um limite de dados em gigabytes, que, ao ser atingido, fará com que a conexão tenha velocidade reduzida ou até mesmo interrompida. Segundo dados divulgados em fevereiro pela consultoria Teleco, a restrição poderá afetar diretamente 25,5 milhões de brasileiros que acessam a internet por redes fixas.

Não só o consumidor comum, que faz uso da rede para fins de lazer, seria afetado. Plataformas de EAD (educação a distância) utilizam arquivos de áudio e vídeo que apenas podem ser reproduzidos via streaming ou download, e ambos consomem uma quantidade exorbitante de dados. Por isso, usuários que utilizam programas como Khan Academy, Codecademy, WebSchool, entre outros, teriam o acesso ao conhecimento comprometido. Para o profissional de tecnologia da informação, os prejuízos vão além: afeta também desenvolvedores que utilizam o acesso remoto como ferramenta fundamental para comunicação entre seus pares, além de inúmeros entraves que a limitação de downloads traria ao setor. Para André Silva, sócio do escritório Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados (GBSA), esta atitude vai contra o avanço tecnológico de pesquisa e desenvolvimento da área de tecnologia da informação. “Poderia atrapalhar a eficiência e o investimento tecnológico em comunicação ou em engenharia de rede. Interfere na evolução tecnológica de uma experiência que é saudável para a engenharia, para a tecnologia da informação e também para o consumidor”, explica.

Apesar de a Vivo ter sido alvo central de críticas, a operadora não é a primeira ou a única a apresentar a proposta. A regulamentação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) já previa a adoção de pacotes de franquia de dados por parte das operadoras. Porém, a maneira como os pacotes serão ofertados e os impactos que a medida trará ainda estão em discussão. Nos Estados Unidos, país onde o modelo é aplicado, os menores pacotes variam entre 150 e 400 GB, enquanto a menor franquia oferecida no Brasil é de 10 a 30 GB. Segundo relatório divulgado pela ONU, 68% dos países monitorados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) oferecem planos de banda larga fixa com internet ilimitada, sem pacotes de franquias.

A adoção do novo modelo também fere os princípios do Marco Civil da Internet. Além de prever que o acesso não pode ser suspenso (salvo por dívida do serviço), o documento reafirma o direito do usuário de que seja mantida a qualidade de conexão contratada.



BARREIRAS

Órgãos de defesa do consumidor já estão se movimentando. A PROTESTE (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) criou uma petição em sua página online e o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) ingressou com uma Ação Civil Pública contra as operadoras Claro, Net, Oi e Telefônica. Manifestações da sociedade civil também têm ganhado força. A exemplo, estão o Movimento Internet sem Limites e uma petição no site Avaaz.org.

Rafael Zanatta, pesquisador de telecomunicações do Idec, reafirma a necessidade de transformar indignação pública em força democrática. Para o representante, é preciso pressionar as três frentes: o Judiciário, por meio de Ações Cíveis Públicas; o Legislativo, fazendo com que deputados e senadores realizem audiências públicas e passem a enxergar a internet como serviço essencial passível de um regime jurídico próprio; e, por fim, o Executivo – pressionando a Anatel a ouvir os consumidores e discutir a franquia de dados na internet fixa de maneira mais sofisticada.

RETROCESSO

Pressionada pela população, pelos órgãos de defesa do consumidor e até mesmo pelo Ministério das Comunicações, a Anatel anunciou no final de abril que as operadoras estão proibidas, por tempo

indeterminado, de limitar o acesso à internet fixa. A determinação é válida até que o Conselho da Agência julgue o caso. Segundo comunicado divulgado, as mudanças na cobrança de serviços, mesmo se previstas por lei, “precisam ser feitas sem ferir os direitos do consumidor”.

Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da PROTESTE, defende a ideia de que a ação das operadoras não apenas representa um retrocesso para a internet brasileira, mas também contraria tudo o que existe em termos de leis, garantias e acesso à informação. “Antes de tudo, o consumidor é cidadão que precisa obter as informações, e é por meio da internet que elas vêm”, afirma.

Além de ferir o Marco Civil da Internet, desestruturar a rede da maneira como conhecemos e trazer inúmeros prejuízos aos consumidores, a adoção do novo modelo pode aprofundar as desigualdades no Brasil, uma vez que só será possível possuir uma conexão de qualidade mediante o pagamento de pacotes extras. “O potencial é extremamente desastroso nesse sentido, já que não foi feita uma discussão ampla sobre o modo como pode impactar estruturalmente o acesso e ir contrariamente a uma política nacional de inclusão digital, que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e promover a cidadania no Brasil”, ressalta Rafael Zanatta.



QUE TAL BENEFÍCIOS DIFERENCIADOS PARA VOCÊ, ASSOCIADO SINDPD?

O **SINDPD** e a **Admix**, líder nacional em benefícios, firmaram uma parceria inovadora com a **Caixa Seguradora** para facilitar a contratação de **planos de saúde** e odontológicos corporativos com condições exclusivas.

CAIXA
seguradora



Planos de Saúde

A partir de
R\$ **133,70**



A partir de
03 Vidas
por CNPJ
Sem carência

CAIXA
seguradora



Planos Odontológicos

A partir de
R\$ **12,17**



A partir de
02 Vidas
por CNPJ
Sem carência

Peça para que o seu **RH** entre em **contato com a Admix**.



11 3491.2244
comercial@admixon.com.br

Importante: Plano de saúde empresarial a partir de R\$ 133,70, mensais por beneficiário, disponibilizado pela Caixa Seguradora no plano Primordial Enfermaria para 1 titular e 2 dependentes, entre 0 a 18 anos, na tabela vigente Maio/2016. O odontológico no valor de R\$ 12,17 é mensal e se refere ao plano Sigma, a partir de 1 titular e 1 dependente disponibilizado pela Caixa Seguradora na tabela vigente em Maio/2016.

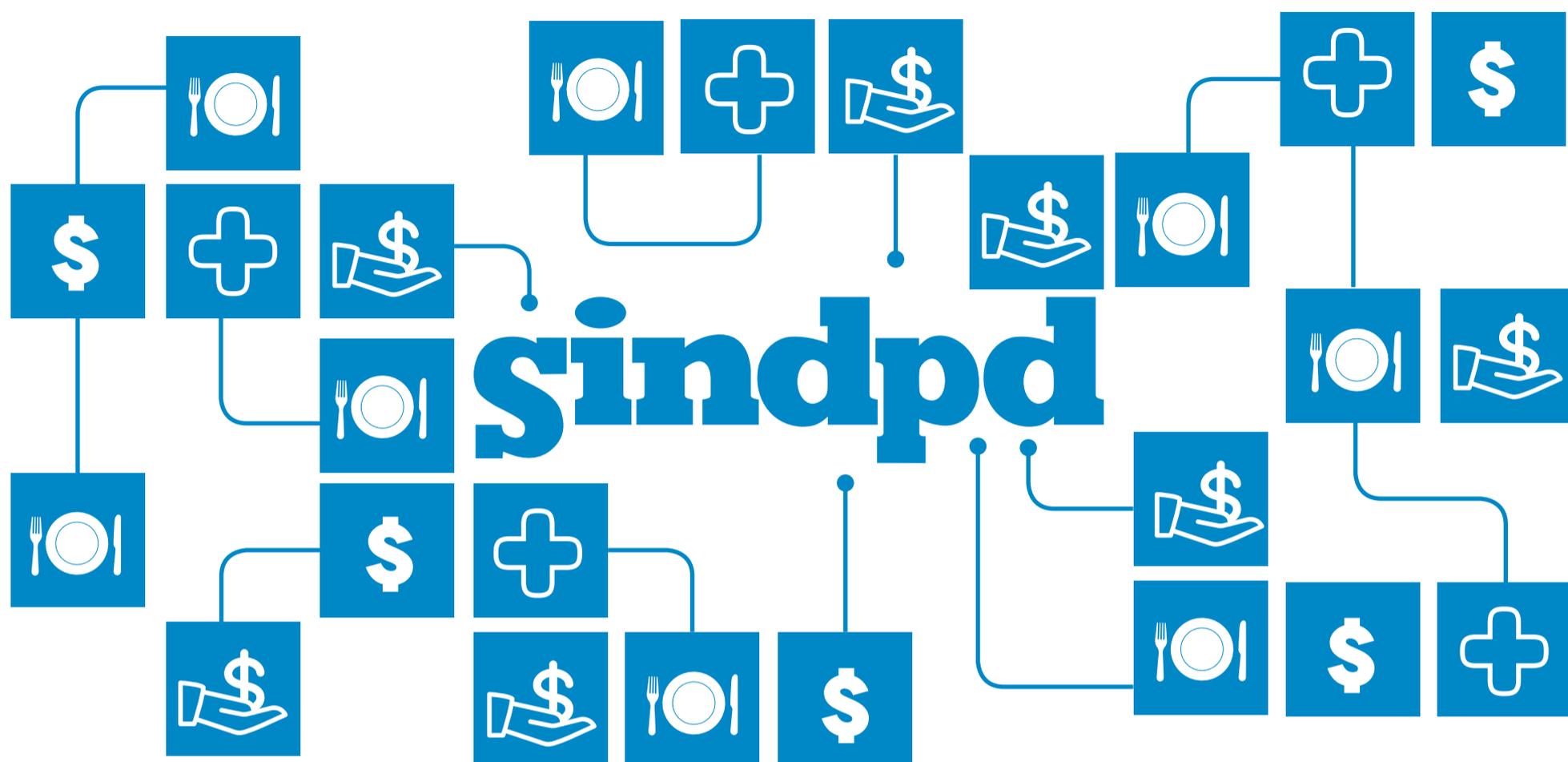
Admix

www.sindpd.org.br

Admix
ANS - nº 417556

Caixa Seguradora:
ANS - nº 418072

Parceria garante vantagens em serviços de saúde, câmbio, crédito consignado e vale-refeição



Associados têm à disposição os benefícios oferecidos pela GB Cred para facilitar a rotina e consolidar direitos

O Sindpd firmou parceria com a empresa GB Cred – Gestão de Benefícios e Crédito, para oferecer condições e descontos especiais para toda a categoria. A GB Cred é especializada em gestão de benefícios corporativos para pequenas, médias e grandes empresas que buscam soluções eficientes e plano de benefícios para seus funcionários. Para o Sindpd, a empresa proporcionará quatro produtos essenciais: o Saúde Controle, o *Confidence* Câmbio, o Crédito Consignado e o vale-refeição.

Voltado ao oferecimento de plataforma digital elaborada especificamente para o gerenciamento de informações relacionadas à saúde, o aplicativo Saúde Controle - disponível para sistemas IOS e Android - cria um histórico digital do trabalhador, que pode ser acessado a qualquer momento também pelo site da multiplataforma. Ele armazena dados como exames, prescrições médicas, controla administração de medicamentos, expõe os principais fatores de risco com base no banco de dados do

“Com parcerias como esta, queremos preservar os direitos garantidos pelos trabalhadores de TI.” Antonio Neto

trabalhador e, inclusive, gera descontos em planos de saúde e em redes credenciadas de farmácias. Associados do Sindpd têm acesso ao serviço gratuitamente por 6 meses. Para acessar o benefício, baixe o aplicativo, que pode ser encontrado no Play Store, do Google, e no App Store, da Apple.

Também pensando no aprimoramento profissional dos trabalhadores de TI - que estão em constante aprimoramento educacional por meio de cursos e, especialmente, viagens ao exterior -, o Sindpd contratou o serviço cambial *Confidence*, que integra o maior gru-

po de câmbio do Brasil, a Travelex. A parceria oferece soluções em câmbio em mais de 20 tipos de moedas, sendo possível carregar até seis moedas diferentes no mesmo cartão e incluindo o serviço de *internet banking*. Veja mais no site do Sindpd.

O trabalhador também terá acesso facilitado ao crédito consignado (parcelas de empréstimo descontadas diretamente da folha de pagamento). O convênio, que trabalha com o Banco do Brasil e a BV Financeira, oferece aos sócios os juros mais baixos do mercado. Atualmente, o crédito pessoal oferece

taxas de juros de 8,12% a.m., enquanto o consignado gera apenas 2,69% a.m., taxa média de mercado segundo o SGS BACEN (Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil). Procure o RH da sua empresa e conheça as vantagens do crédito consignado.

Integrando o pacote de vantagens, e para consolidar e ampliar a conquista do vale-refeição - obtida pela categoria para todos os trabalhadores de TI do estado -, o Sindpd também trouxe taxas especiais para que cada vez mais empresas garantam o pagamento do benefício.

“Nós sabemos que, quanto menor a empresa, mais taxas costumam cobrar. Mas agora não vai ter desculpa para a empresa de 5, 10, 15 funcionários não proporcionar o vale-refeição, afinal agora nós estamos oferecendo um grande facilitador”, afirmou o presidente Antonio Neto. “Com parcerias como esta, queremos preservar os direitos garantidos pelos trabalhadores de TI”, completou o presidente do Sindpd.

Conheça as vantagens da parceria:

Saúde Controle	Confidence Câmbio	Crédito Consignado	Vale-Refeição
 Histórico de saúde digitalizado	 Praticidade e segurança em viagens internacionais	 Juros competitivos	 Ampla rede de estabelecimentos cadastrados
 6 meses de serviço gratuito	 Possibilidade de depositar 6 moedas no mesmo cartão	 Consultoria financeira gratuita	 Controle financeiro por meio de aplicativo
 Informações disponíveis para o médico de confiança	 Mais de 20 tipos de moedas disponíveis	 Parcelas descontadas na folha de pagamento	 Garantia de alimentação
 Demonstrativo de fatores de risco	 Menores taxas do mercado	 Processo sem burocracia	 Reconhecimento do funcionário
 Baixe o app no Play Store ou no App Store	 Saiba mais no site do Sindpd	 Informe-se no RH da sua empresa	 Pagamento mínimo de R\$ 16,60 para todos

Eleição da Diretoria acontece em junho

Votação elegerá também Conselho Fiscal e delegados representantes

Em edital publicado no último dia 12 de maio, na página B10 da seção de Economia do Jornal O Estado de S. Paulo, o Sindpd informa que as eleições que definirão a nova Diretoria do Sindicato acontecerão nos dias 21, 22 e 23 de junho, das 8h às 18h, na sede da Entidade, na Avenida Angélica, 35 – Santa Cecília. Os votos dos trabalhadores escolherão a Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados Representantes do Conselho de Entidade.

As inscrições das chapas que disputarão as Eleições 2016 do Sindpd terminaram no dia 23 de maio. Apenas duas chapas foram inscritas: uma encabeçada pelo atual presidente Antonio Neto e outra encabeçada pelo ex-diretor do Sindpd José Ribamar Dantas. Para os trabalhadores da capital

e do interior, as urnas itinerantes estarão disponíveis em locais de trabalho e horário que serão divulgados em até 10 dias antes da votação no site do Sindicato.

QUEM PODE VOTAR?

É eleitor o associado regularmente inscrito no Sindicato, e que em 30 dias antes da votação preencha os seguintes requisitos:

- Estar inscrito no quadro social há mais de 6 meses;
- Estar em pleno gozo dos direitos estatutários;
- Estar quite com as contribuições regulares estabelecidas no Estatuto.

Acompanhe a cobertura das eleições no site do Sindpd.



Participantes destacam integração promovida pelo Campeonato de Futsal

24ª edição começou no dia 7 de maio com 37 equipes, sete times a mais do que o total da temporada do ano passado



Jogadores das equipes Brothericos, Tivit, BRQ IT e Bexpert, que chegaram às finais do campeonato de 2015

"A organização é espetacular, é um ambiente muito familiar, dá para levar todo mundo. O Sindpd está de parabéns". É com essa empolgação que o associado Luciano Dias Nascimento, consultor de sistema da Indra, resume o Campeonato de Futsal do Sindpd, cuja 24ª edição começou no dia 7 de maio. A temporada será uma das maiores já realizadas pelo Sindicato, reunindo 37 equipes, sete a mais do que a do ano passado. No total, trabalhadores de 120 empresas se inscreveram.

Integrante da equipe Brothericos, que conquistou o título da última edição, Luciano foi também eleito o melhor jogador em 2015. O atleta revela que a temporada anterior foi de superação para o grupo, já que, sem um goleiro titular, o time precisou improvisar ao colocar sob as traves um jogador de linha. "Foi assim durante todo o torneio e conseguimos ser campeões", ressalta.

O instrutor de treinamento Marcio Dunder Perin, da CA Programas, foi o responsável por fechar o gol do Brothericos, ainda que não fosse o titular da função. Para este ano, este desafio foi superado com a chegada de um goleiro efetivo. Marcio jogou em 2015 ao lado do filho, Lucas Benincasa, que terminou a temporada como o artilheiro, com 38 gols. Neste ano, pai e filho vol-

tam a jogar juntos. "Abrir espaço para que os dependentes do sindicalizado participem é muito interessante porque integra os familiares, uma vez que não é só o meu filho, tem filhos de vários outros trabalhadores", afirma.

Fora da quadra, os associados destacam que a troca de experiências proporcionada pelo Sindicato por meio da disputa é um dos principais ganhos. Antes e depois de cada jogo, os profissionais aproveitam os momentos de descontração para ampliar a rede de relacionamentos. "A gente acaba conhecendo jogadores de outras empresas, acontece de trocar e-mails oferecendo currículo, falando sobre vagas", revela Marcelo da Silva Duarte, consultor da Tivit, vice-campeã em 2015. "Neste ano, temos a expectativa de chegar novamente às finais. Mantivemos a mesma base, nosso forte é a consistência", completa.

JOGO LEVADO A SÉRIO

A 24ª edição terá um total de seis fases, com partidas realizadas sempre aos sábados. As finais estão previstas para novembro. Os associados reconhecem que a competição longa, com mais de seis meses, exige um grande empenho do Sindpd na organização. "É algo levado a sério, com o pessoal do Sindicato sempre presente. Se não fosse assim, com certeza eu não participaria mais", diz Marcos

de Souza Gonçalves, analista de logística da Tecban que joga desde 2000.

Marcos conta que o início do evento é sempre muito aguardado pelos participantes, que se reúnem em partidas preparatórias na empresa para definir os jogadores que melhor se encaixam na equipe. "Conseguimos o título três vezes, em 2005, 2011 e 2012. A gente sempre entra pensando em ganhar, embora o maior foco seja a parte social e a oportunidade de conhecer novas pessoas", afirma.

Do lado de quem organiza o evento, é uma grande satisfação poder observar que, além do espaço para o lazer, o campeonato proporciona ganhos para a vida profissional dos trabalhadores, avalia o diretor do Sindpd Elcio Carlos Borba. "Estar todos os sábados junto dos jogadores também é importante porque ficamos sabendo das demandas que eles têm", diz ele. "Isso até nos ajuda a traçar o perfil do trabalhador aqui no Sindpd", argumenta.

Entre as equipes que participam neste ano, sete reúnem funcionários de empresas que não competiram em 2015: Stefanini, Getronics, Atos Soluções, IT IS, Telium, Benner Tecnologia e Soluções em Saúde e Contmatic.

